

DIREITOS DA PERSONALIDADE E PESSOA JURÍDICA: uma abordagem contemporânea

Daniel Queiroz Pereira¹

RESUMO

O artigo busca apontar os principais aspectos relacionados aos direitos da personalidade, como forma de promover o estudo da pessoa humana a primeiro plano e identificar em que medida os referidos direitos se aplicam às pessoas jurídicas. A controvérsia acerca da extensão dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas decorre da própria cláusula geral contida no artigo 52 do Código Civil de 2002, já que, para alguns doutrinadores, limitou-se o referido dispositivo a permitir a aplicação da técnica da tutela da personalidade, enquanto que, para outros, admite-se a extensão dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas, excetuando-se aqueles direitos especiais de personalidade que sejam inseparáveis da personalidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Dano moral.

RIGHTS OF PERSONALITY AND CORPORATIONS: a contemporary review

ABSTRACT

The article aims to show the principal aspects related to the rights of personality as a way to promote the study of the natural person to the first level of concern and identify in which measure the aforementioned rights apply to corporations as well. The controversy about the extension of the rights of personality to corporations is based in the general clause inserted in the article 52 of the (Brazilian) Civil Code of 2002 as for some legal scholars the referred article just enabled the application of the technique of personality protection to corporations and for others we must admit the extension of the rights of personality to corporate bodies, excluding those special rights of personality that can't be separated from human personality.

KEYWORDS: Rights of personality. Corporation. Moral damages.

¹ Advogado. Professor Assistente de Legislação Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Assistente de pesquisas da Editora Atlas S.A. Bacharel, Mestre e Doutorando em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Pós-graduado em Direito Material e Processual do Trabalho pela Universidade Gama Filho – UGF. Ex-coordenador, juntamente com o Professor Guilherme Calmon Nogueira da Gama, do Grupo de Pesquisa Institucional em Direito Civil-Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Ex-Professor substituto de Direito Penal Econômico, Direito Econômico e História do Direito Brasileiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Ex-Coordenador Editorial da Revista de Direito da Cidade: Revista dos Pós-Graduandos em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Artigo recebido em 08/05/2011 e aprovado em 05/07/2011

I – Introdução

O surgimento do homem como sujeito de direitos e obrigações é recente, sendo, portanto, sua valoração como pessoa fruto de um desenvolvimento histórico². Tal processo encontra seu ápice na realidade hodierna, em especial no que concerne ao ordenamento jurídico pátrio, em que se reforçou esta tendência com o advento do Código Civil de 2002 – Lei 10.406/02.

Assim sendo, buscar-se-á neste trabalho apontar os principais aspectos relacionados aos direitos da personalidade, como forma de promover o estudo da pessoa humana a primeiro plano, e, sobretudo, identificar em que medida os referidos direitos se aplicam às pessoas jurídicas.

A controvérsia acerca da extensão dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas decorre da própria cláusula geral contida no art. 52 do Código Civil de 2002, segundo a qual “aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade”.

Em linhas gerais, a delimitação da expressão “no que couber” é que enseja tal discussão, uma vez que debate-se a doutrina e os operadores do direito na busca pelo estabelecimento de seus contornos em bases mais seguras.

Dessa forma, pode-se afirmar, em linhas gerais, que para alguns, limitou-se o dispositivo a permitir a aplicação, por empréstimo, da técnica da tutela da personalidade³, enquanto que, para outros, admite-se a extensão dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas, excetuando-se aqueles direitos especiais de personalidade que sejam inseparáveis da personalidade humana⁴. Todavia, antes propriamente de se aprofundar tais posicionamentos, faz-se necessário, para que se tenha uma compreensão mais ampla do tema, tratar das características e da tutela dos direitos da personalidade no âmbito do ordenamento pátrio.

II – Os direitos da personalidade no direito brasileiro e sua tutela no âmbito do Código Civil de 2002.

Os direitos da personalidade, ausentes no Código de 1916, foram admitidos no Brasil por força de construções doutrinárias. Nesse particular, tiveram papel crucial leis especiais e a própria Constituição da República.

² DIAS, Jaqueline Sarmento. *O Direito à imagem* Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 13.

³ TEPEDINO, Gustavo. “A pessoa jurídica e os direitos da personalidade” in *Temas de Direito Civil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 55.

⁴ SOUSA, Rabindranath V. A. Capelo de. *O Direito Geral de Personalidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995, p. 596; ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. *A Pessoa Jurídica e os Direitos da Personalidade*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 81.

O Código de 2002, adotando a ótica tipificadora (caso lido isoladamente) e seguindo na esteira do Código Civil italiano, regula alguns direitos da personalidade. São eles, conforme já mencionado, os direitos à integridade psicofísica, ao nome, ao pseudônimo, à imagem e à privacidade.

É importante considerar que a disciplina trazida pelo Código não pretende ser exaustiva, vislumbrando-se apenas o que se poderia chamar de princípios fundamentais dos direitos da personalidade⁵. A doutrina, valendo-se da Constituição Federal acerca da inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra, imagem das pessoas, aponta na direção do rol do art. 5º, *caput*, do texto constitucional, para contemplar o mínimo, nada impedindo que outros possam ser considerados direitos da personalidade e, para tanto, indica o § 2º, do art. 5º, da Constituição Federal⁶. Assim sendo, os artigos 11 e 12 do referido texto codificado tratam da natureza e da tutela desses direitos enquanto todos os demais artigos referem-se a específicos direitos da personalidade.

O artigo 11 versa sobre as características que são atribuídas aos direitos da personalidade. São elas: a intrasmissibilidade, a irrenunciabilidade e a impossibilidade de limitação voluntária de seu exercício. Além destas, a doutrina ainda reconhecia a imprescritibilidade e a sua natureza de direito absoluto, assim considerado por ser oponível *erga omnes* – gerando uma obrigação a todas as demais pessoas de se absterem de modo a não causar lesão, ou não representar uma ameaça de lesão, a qualquer dos direitos da personalidade, nos termos da ordem jurídica em vigor.

Estas características são, por vezes, enunciadas como forma de se diferenciar os direitos da personalidade dos (demais) direitos subjetivos. Contudo, esta distinção é despicienda, pois a circunstância de serem direitos da personalidade faz com que não possam servir ao comércio, diversamente dos direitos patrimoniais. Por óbvio que os valores culturais e sociais e os próprios costumes locais, em constante mutação, permitem certa flexibilização de algumas das características apontadas na lei.

Corroborando o que acaba de se afirmar e ampliando o rol de características elencados no referido dispositivo, afirma Alexandre Ferreira de Assumpção Alves que

os direitos da personalidade têm traços comuns identificados pela doutrina, constituindo uma categoria à parte da clássica divisão entre os direitos pessoais e reais. Deve-se esta feição a certas características que são comuns a todos eles, a saber: são absolutos; necessários e vitalícios; não pecuniários; intrasmissíveis; imprescritíveis; impenhoráveis; inexpropriáveis; indisponíveis e irrenunciáveis. A inexpropriação é característica atribuída a

⁵ ALVES, José Carlos Moreira. *A parte geral do projeto do Código Civil*. Disponível em: <http://www.cjf.gov.br/revista/numero9/artigo1.htm>. Acesso em: 12 de agosto de 2007.

⁶ PEREIRA, Caio Mario da Silva (atual. Maria Celina Bodin de Moraes). *Instituições de Direito Civil*. vol. I. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 241.

estes direitos por Fabio Maria de Mattia, enquanto que a indisponibilidade e a irrenunciabilidade fora incluídas por Adriano de Cupis, as demais por Orlando Gomes⁷.

Ainda com relação ao art. 11 do Código Civil de 2002, deve-se atentar para a reserva que nele é feita (“com exceção dos casos previstos em lei...”), já que é inadmissível a possibilidade de limitar a tutela por atos legislativos ordinários.⁸

A proteção conferida aos direitos da personalidade deve ser integral. Nesse aspecto, o art. 12 responde a essa necessidade consagrando a tutela inibitória e, ao lado dela, a responsabilidade civil. Esta última técnica de tutela decorre ainda da insuficiência dos institutos tradicionais de direito civil em promover a proteção e tutela dos direitos da personalidade.

O parágrafo único do art. 12 do texto codificado, por sua vez, trata da legitimidade para requerer a tutela dos direitos da personalidade de pessoa falecida. Estabelece-se, desse modo, o rol dos possíveis legitimados: o cônjuge, qualquer parente em linha reta sem distinção de grau ou então colaterais até o quarto grau. Houve inexplicável omissão à pessoa do companheiro do falecido. É ainda de se atentar para o fato de que, no que concerne ao direito à imagem, o rol de legitimados é menos amplo, excluindo os colaterais.

Inaugurando a parte que trata dos direitos da personalidade em espécie, tem-se os artigos 13 a 15, que versam sobre o direito à integridade psicofísica. Estão, portanto, superadas as concepções que dissociam o corpo humano do espírito, já que constituem aspectos da própria condição humana.

O art. 13 revela uma forte inspiração da lei italiana e aplica-se aos atos de disposição de partes renováveis do corpo, estando, entretanto, sujeitos a regulamentação. O dispositivo confirma a noção da intangibilidade da integridade físico-corporal, daí a regra da proibição da disposição do próprio corpo quando gerar diminuição permanente do direito da personalidade ou contrariar os bons costumes. A primeira exceção legal é aquela decorrente de exigência médica, como por exemplo, a necessidade de amputação de um pedaço do membro inferior em virtude de gangrena, autorizando a disposição do próprio corpo pela pessoa. As partes regeneráveis do corpo – cabelos, unhas, pele, sangue, por exemplo – não se encaixam na proibição já que não acarretam diminuição permanente da integridade física, tampouco a colocação de brincos ou “piercings” na pele ou língua.⁹ Registre-se que a doação de sangue vem disciplinada na Lei 10.205, de 21 de março de 2001.

A exceção a que se refere o parágrafo único do supracitado artigo consiste nos casos de doação de órgãos dúplices, tecidos ou partes do corpo, na forma do art. 9º da lei 9.434/97. Contudo,

⁷ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. *A Pessoa Jurídica e os Direitos da Personalidade*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 65.

⁸ DONEDA, Danilo, “Os direitos da personalidade no Código Civil” in TEPEDINO, Gustavo. *A Parte Geral do Novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 47.

⁹ BARRETO, Wanderlei de Paula. *Comentários ao Código Civil brasileiro*. vol. I. coord. Arruda Alvim e Thereza Alvim. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 129.

merece registro que o legislador não avançou como poderia tê-lo feito. Se por um lado tem-se uma discriminação permanente da integridade física, por outro busca-se a adequação da pessoa a uma situação existencial mais consentânea com o ótimo desenvolvimento de sua personalidade. A admissibilidade da realização das cirurgias estéticas se fundamenta em dois aspectos: a) ausência de diminuição permanente à integridade física; b) ausência de ofensa aos bons costumes, diante da crescente aceitação por parte da sociedade.

O artigo 14, ao seu turno, prevê a possibilidade de disposição gratuita do próprio corpo após a morte. Há, ainda, limites impostos a tal disposição, que só pode atender a finalidades científicas ou altruístas, jamais voltadas a exploração econômica: veja o exemplo da doação do próprio cadáver a faculdades de medicina ou a institutos de pesquisas científicas no campo da saúde¹⁰. Deve-se salientar que, no que concerne à doação de órgãos após a morte para fins de transplante, esta se encontra regulada pela lei 10.211/2001, que modificou o disposto na Lei nº 9.434/97 neste ponto. Assim sendo, a doação depende de consentimento expresso do cônjuge ou de parente em linha reta ou colateral até o segundo grau. Deve, aqui, também ser considerado o companheiro.

O tema tratado no art. 15 ainda inspira controvérsias e coaduna-se com a ética médica. O dispositivo trata da possibilidade de recusa ao tratamento médico, que se torna uma prerrogativa do paciente quando o tratamento ou cirurgia apresentar risco de vida. O consentimento exigido por lei é aquele manifestado livre e conscientemente, sem qualquer vício, após a obtenção das informações claras, objetivas e transparentes acerca do estado de saúde da pessoa e do tratamento ou cirurgia que poderá se submeter, em síntese, o consentimento informado.

O bem jurídico integridade física representa projeção do princípio da dignidade da pessoa humana sobre o corpo do sujeito e, no próprio texto constitucional, pode ser verificado nas regras que vedam a prática da tortura, o tratamento desumano ou degradante, a aplicação de penas cruéis, além de assegurarem aos presos o respeito à integridade física e moral.¹¹

O direito ao nome encontra-se regulado do art. 16 ao 19.

O art. 16 encerra o reconhecimento do direito universal ao nome, compreendendo-se aqui o prenome e o sobrenome (ou nome de família). Segundo Pietro Perlingieri,

cada um tem tutela, seja para a defesa do nome, como expressão da própria personalidade, seja para a defesa do sobrenome, como componente de um grupo: na primeira hipótese o direito é individual, pessoal e exclusivo; na segunda, o direito não é individual, não é instrumento exclusivo de tutela das razões do indivíduo e da sua personalidade: ele se funde na exigência de uma tutela da própria pessoa, mas como integrante do grupo familiar e é de competência de todos os seus componentes. De fato, a tutela do nome pode ser estendida

¹⁰ BARRETO, Wanderlei de Paula, op. cit., p. 134.

¹¹ GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *A Nova Filiação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 166.

também a quem, mesmo não usando o nome contestado ou indevidamente usado, tem um interesse fundado em razões familiares dignas de serem protegidas.¹²

Vale destacar que tal direito já vinha regulamentado na lei 6.015/73 em seus artigos 52 a 55, que obrigam o registro civil de toda pessoa que nasceu e, assim, adquiriu personalidade, sendo atribuído um nome ao registrando.¹³

O nome da pessoa representa um dos traços distintivos de maior relevo e utilidade na individualização da pessoa humana no âmbito da sociedade. O nome e outros sinais identificadores da pessoa humana constituem os elementos básicos de associação de que dispõe o público para o relacionamento nos mais variados núcleos (social, familiar, educacional, empresarial, entre outros).¹⁴

Registre-se que, por força da Lei nº 9.708, de 18/11/98 – que deu nova redação ao art. 58, da Lei nº 6.015/73 -, o prenome deixou de ser imutável, o que já vinha se verificando na construção jurisprudencial e doutrinária que admitiu sua modificação, seja por restauração, supressão ou em razão de erro de grafia¹⁵, além de reconhecer o estado de posse de fato de nome. A respeito do tema, há a questão do transexualismo e a realização de cirurgia para mudança de sexo – cujo tema também é afeto ao direito à integridade física. Há a Resolução nº 1.482/97, do Conselho Federal de Medicina, que estabelece regras a respeito da cirurgia de mudança de sexo, determinando a obrigatoriedade de avaliações psíquicas, médico-endocrinológicas, além do consentimento informado do paciente, para que seja possível a realização cirúrgica. Apesar das polêmicas que cercam o assunto¹⁶, o certo é que, com a alteração da genitália externa, interna e dos caracteres sexuais secundários em decorrência da intervenção cirúrgica, deve haver retificação do registro civil da pessoa nos campos referentes ao sexo e ao prenome, sob pena de violação a inúmeros princípios e valores constitucionais, em especial a dignidade da pessoa humana.

A proteção do nome estende-se ao pseudônimo (conforme preceitua o art. 19), uma vez que se busca tutelar um verdadeiro direito à identidade pessoal. Atualmente, a idéia de que o pseudônimo tem a função de ocultar a própria identidade no exercício de atividades profissionais, artísticas, científicas, políticas ou literárias, não se mostra predominante, já que ele também tem a função de identificação, cuja predominância é defendida pela doutrina.

¹² PERLINGIERI, Pietro. *Perfis de Direito Civil: introdução ao Direito Civil – Constitucional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 180.

¹³ DONEDA, Danilo, op. cit., p. 51.

¹⁴ BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 124.

¹⁵ BARRETO, Wanderlei de Paula, op. cit., p. 144-145.

¹⁶ Como observa Santos Cifuentes, o direito à identidade compreende a identidade sexual, o que autoriza a cirurgia de mudança de sexo e sua transformação para haver concretamente coincidência entre seu corpo e sua identidade sexual. CIFUENTES, Santos. *Derechos personalísimos*. 2 ed. Buenos Aires: Ed. Astrea, 1995, p. 304.

Da leitura dos arts. 17 e 18 nota-se claramente que o legislador não descuidou do direito à informação e à liberdade de expressão, já que apenas vetou a publicação do nome alheio nos casos em que a pessoa seja exposta ao desprezo público, bem como nas situações em que o escopo principal seja o lucro. No que tange à proibição do emprego do nome da pessoa em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público (art. 17, do CC de 2002), deve-se considerar que tal proteção é mais genérica do que aquela existente na Lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa) e na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Trata-se de garantia do direito à intimidade, à privacidade, à proteção da imagem e honra da pessoa em suas várias esferas, como nos exemplos de filmes com referência a algumas personalidades como Olga Prestes, Ayrton Senna, entre outros. No que pertine ao art. 18, do CC de 2002, a imagem da pessoa é protegida contra a exploração em propaganda comercial dentro da noção de imagem-atributo¹⁷.

O direito à imagem, sob o prisma da imagem-retrato e da imagem-atributo, vem tratado no art. 20. Mais uma vez o legislador não se preocupou apenas com o direito à imagem, mas também com o direito à informação, realizando um juízo de ponderação da imagem de uma pessoa quando não lhe macule a honra ou quando tenha finalidade lucrativa.

Deve-se notar que, apesar do artigo fazer referência à divulgação de escritos e à transmissão da palavra, estes devem ser entendidos somente em relação ao que representam para a construção da imagem de uma pessoa e não para outros aspectos de sua personalidade, como a sua privacidade, por exemplo.¹⁸

O parágrafo único do referido artigo 20 elenca o rol de legitimados a requererem a proteção a imagem em se tratando de morto ou ausente. Assim sendo, tem-se o cônjuge, os ascendentes ou descendentes. Deve-se, contudo, registrar a indevida e desarrazoada omissão em relação ao companheiro. Segundo Pietro Perlingieri, “o interesse destes não é tanto de natureza pessoal quanto de natureza familiar, e encontra a sua justificação na solidariedade familiar e na possível consequência negativa que o uso ilegítimo da imagem do parente pode provocar a si e ao núcleo ao qual pertence”.¹⁹ É também fundamental registrar a indevida e desarrazoada omissão em relação ao companheiro. Nas hipóteses do art. 20, do CC de 2002, há aspectos da privacidade da pessoa que podem vir a ser revelados a um público indeterminado, tornando de conhecimento geral, tal como também a palavra, anteriormente reservada. Há, em primeiro plano, a proteção da vida privada e, secundariamente, a honra, a boa fama e a respeitabilidade.²⁰

O direito à privacidade é referido no art. 21. A primeira constatação que se faz a respeito dele é que se considera como inviolável apenas a privacidade da pessoa humana (ou natural). Além disso,

¹⁷ BARRETO, Wanderlei de Paula, op. cit., p. 158.

¹⁸ DONEDA, Danilo, op. cit., p. 52.

¹⁹ PERLINGIERI, Pietro, op. cit., p. 184.

²⁰ BARRETO, Wanderlei de Paula, op. cit., p. 170.

o tema tem suscitado discussões em virtude do potencial de ofensas à personalidade ter crescido abruptamente com o advento de novas tecnologias, bem como em decorrência da dificuldade que os instrumentos tradicionais do ordenamento demonstram ter em realizar tal tutela. Dessa forma, coube ao Código Civil de 2002 prever que o juiz “adotará” as providências de tutela à privacidade.²¹ Wanderlei de Paula Barreto anota que o art. 21 traz cláusula geral de proteção da vida privada, ao passo que o art. 12, já referido, contém cláusula geral de respeito e tutela de todos os direitos da personalidade.²² O dispositivo se refere a episódios tais como a quebra de sigilo telefônico não autorizado judicialmente, o afastamento do sigilo de correspondência, o acesso indevido a documentos, a invasão de domicílio, entre outros.

Outro aspecto a ser aqui analisado consiste na circunstância de a tutela da intimidade estar ligada não somente a pessoa como tal, mas também como componente do núcleo familiar. “Cada um tem o direito, em relação aos parentes próximos, a que fatos e comportamentos de natureza existencial, relativos a ele e sua família em sentido lato, não sejam divulgados ao externo²³”.

Vale mais uma vez ressaltar que tais preceitos ganham real significado quando interpretados como especificação analítica da cláusula geral de tutela da personalidade prevista na Carta Magna nos arts. 1º, inciso III (que versa sobre a dignidade humana como valor fundamental da República); 3º, inciso III (que aduz a igualdade substancial) e 5º, § 2º (que expande o rol dos direitos fundamentais).

III – Discussão acerca da admissibilidade da extensão dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas.

Abordadas as características gerais atinentes aos direitos da personalidade e especificada sua tutela no âmbito do Código Civil de 2002, cumpre tratar da questão central deste trabalho consistente na possibilidade de se ter a extensão dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas.

O primeiro argumento contrário à admissão de dita extensão reside no fato de que a pessoa jurídica é estranha a todo processo histórico formador dos direitos da personalidade. Dessa forma, embora pessoa física e jurídica sejam, nos moldes da doutrina tradicional, sujeitos de direito e possam reunir em torno de si situações jurídicas, possuem fundamentos amplamente diversos²⁴.

²¹ DONEDA, Danilo, op. cit., p. 183.

²² BARRETO, Wanderlei de Paula, op. cit., p. 214.

²³ PERLINGIERI, Pietro, op. cit., p. 183.

²⁴ DONEDA, Danilo, op.cit., p. 53.

Além disso, aqueles que defendem a impossibilidade de dita extensão afirmam que a cláusula geral contida no art. 52 do Código Civil de 2002 permite claramente apontar que o cerne dos direitos da personalidade reside na tutela da dignidade da pessoa humana, tendo-se apenas admitido a extensão da técnica dos direitos da personalidade para a proteção da pessoa jurídica, sem, contudo, lhe serem reconhecidos os direitos da personalidade²⁵.

Outro aspecto ainda suscitado por este segmento da doutrina reside na idéia de que direitos como aqueles referentes ao sigilo bancário e ao sigilo industrial, que exprimem interesse da pessoa jurídica de natureza eminentemente patrimonial²⁶, não podem ser garantidos com base na cláusula geral de tutela da pessoa humana, já que o valor do sujeito pessoa física é diverso daquele do sujeito pessoa jurídica.

Nesse sentido, o Enunciado 286 do Conselho da Justiça Federal foi aprovado na IV Jornada de Direito Civil com a seguinte redação: “os direitos da personalidade são direitos necessários e essenciais à pessoa humana, decorrentes de sua dignidade, não sendo as pessoas jurídicas titulares de tais direitos”.

Por fim, afirmam os adeptos deste posicionamento que basta o bom senso para que se perceba que alguns direitos da personalidade cabem apenas a pessoa humana, como o direito à integridade psicofísica.

Em contrapartida, outro segmento doutrinário considera ser possível o reconhecimento de direitos da personalidade em relação à pessoa jurídica. Apresenta, contudo, ponto comum em relação à teorização anterior, pois considera que no que toca aos direitos da personalidade, desde logo ficam excluídos das pessoas jurídicas quaisquer direitos especiais de personalidade que sejam inseparáveis da personalidade humana. Ressalve-se aqui o entendimento de que se deve reconhecer a existência de um amplo direito geral de personalidade em relação às pessoas jurídicas, tema este que será abordado com maior profundidade adiante.

Esta corrente vislumbra as pessoas jurídicas (ou coletivas, como prefere a doutrina estrangeira, notadamente a portuguesa) como titulares de valores e motivações pessoais.

²⁵ Conforme assevera Gustavo Tepedino, “(...) percebe-se o equívoco de se imaginar os direitos da personalidade e o ressarcimento por danos morais como categorias neutras, tomadas de empréstimo pela pessoa jurídica para a sua tutela (tida como maximização de seu desempenho econômico e de sua lucratividade). Ao revés, o intérprete deve estar atento para a diversidade de princípios e de valores que inspiram a pessoa física e a pessoa jurídica”. TEPEDINO, Gustavo. “A pessoa jurídica e os direitos da personalidade” in *Temas de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 499.

²⁶ “As lesões atinentes às pessoas jurídicas, quando não atingem, diretamente, as pessoas dos sócios ou acionistas, repercutem exclusivamente no desenvolvimento de suas atividades econômicas, estando a merecer, por isso mesmo, técnicas de reparação específicas e eficazes, não se confundindo, contudo, com os bens jurídicos traduzidos na personalidade humana (...)” TEPEDINO, Gustavo. “A tutela da Personalidade no Ordenamento Civil-constitucional Brasileiro” in *Temas de Direito Civil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 55.

Dito isto, cumpre analisar mais detalhadamente apenas os direitos da personalidade aplicáveis à pessoa jurídica.

O primeiro ponto a ser aqui enfocado reside no direito ao nome, ao título e ao signo figurativo²⁷.

O direito ao nome para a pessoa jurídica reúne uma peculiaridade em relação à pessoa natural, uma vez que a pessoa jurídica pode alterar seu nome livremente, desde que promova o procedimento legal exigido²⁸.

A Constituição Federal (art. 5º, XXIX) e a Lei 8.934/94 empregam a expressão “nome empresarial” para designar o nome através do qual o empresário exerce sua atividade. Propugna ainda o art. 1º, *caput* da IN (Instrução Normativa) nº.104/2007 do DNRC (Departamento Nacional de Registro do Comércio) que “nome empresarial é aquele sob o qual o empresário e a sociedade empresária exercem suas atividades e se obrigam nos atos a elas pertinentes”.

Neste particular, esclarece Alexandre Ferreira de Assumpção Alves que

para que haja uma total isonomia, a expressão ‘nome de empresa’ empregada pela Constituição deve abraçar a identificação legal de toda e qualquer associação de pessoas dedicadas à indústria, ao comércio ou à prestação de serviços, *com ou sem fins lucrativos*²⁹.

Existem duas espécies de nome empresarial, a firma e a denominação³⁰. Tal afirmação encontra esteio nas previsões contidas nos arts. 1º, parágrafo único³¹; 2º; e 3º da referida Instrução Normativa.

Em regra, a doutrina assinala as diferenças entre firma e denominação com base em dois aspectos. O primeiro diz respeito à estrutura do nome empresarial e o segundo, à função. Dessa forma, no que toca à estrutura do nome empresarial, esclarece Fábio Ulhoa Coelho que

a firma tem por base necessariamente um nome civil, seja do próprio empresário individual, seja de sócio da sociedade empresária. [...] A denominação, por sua vez, pode tomar por base qualquer expressão lingüística, seja ou não o nome civil de sócio da sociedade empresária.

²⁷ Faz-se necessário mencionar o ponto de vista esposado por Adriano de Cupis. Segundo o referido autor, a firma “compreendida como sinal distintivo do negócio ou da empresa, não é sinal distintivo pessoal, pois nem um nem outro são pessoas”. Acrescenta ainda que a firma - mesmo que possa ser vislumbrada como um modo de designação extrapessoal e pessoal, isto é, mesmo sob seu aspecto subjetivo, que permite sua utilização para fins de subscrição de documentos – “tem um acentuado valor patrimonial, circunstância que também contribui para explicar a sua transferibilidade”. E arremata afirmando que, “por consequência, o direito à firma, mesmo vista no aspecto subjetivo, não pode considerar-se como essencial e, portanto, não pode nunca ser enumerado entre os direitos da personalidade propriamente ditos”. DE CUPIS, Adriano (trad. Afonso Celso Furtado Rezende). *Os Direitos da Personalidade*. Campinas: Romana Jurídica, 2004, p. 319-321.

²⁸ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., p. 82.

²⁹ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., p. 83.

³⁰ COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. vol I. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, pp. 177-178.

³¹ Prevê o referido dispositivo que “o nome empresarial compreende a firma e a denominação”.

No que concerne à função, cumpre salientar que a firma, além de ser nome através do qual o empresário exerce sua atividade, é também assinatura. Já a denominação não vale como assinatura e, portanto, não é hábil a obrigar a pessoa jurídica, já que consiste em nome de fantasia que pode ou não indicar o objeto social.

Em que pese tal distinção, o critério prestigiado pela IN nº. 104/2007 para distingui-las consistiu nos tipos societários aptos a adotar firma ou denominação. Assim sendo, seu art. 2º qualifica como firma “o nome utilizado pelo empresário, pela sociedade em que houver sócio de responsabilidade ilimitada e, de forma facultativa, pela sociedade limitada”. Já o art. 3ª preleciona que “denominação é o nome utilizado pela sociedade anônima e cooperativa e, em caráter opcional, pela sociedade limitada e em comandita por ações”.

O nome empresarial deve obedecer ao princípio da veracidade (art. 4º, IN nº. 104/2007), que se expressa de forma distinta em relação à firma e à denominação, tendo em vista a estrutura de cada uma delas, a que já se aludiu. Dessa forma, não poderá “o empresário usar no caso das firmas nome patronímico de quem não seja sócio. Para as denominações é vedado o uso de palavras que indiquem falsa procedência ou induzam ao erro [...]”³².

Outro aspecto relevante consiste na existência de dois posicionamentos acerca do nome empresarial. O primeiro, o considera como direito pessoal, sendo objeto de propriedade referente a bens de natureza incorpórea. Já para outra corrente, trata-se de direito próprio da pessoa, inalienável e intransmissível, como um autêntico direito da personalidade. O que não se pode admitir é que, apesar de seu valor econômico, o mesmo seja concebido como um direito de propriedade, já que lhe falta o requisito da disponibilidade³³.

No que tange à exclusividade do emprego do nome, percebe-se a busca pela preservação da clientela e do crédito, que constituem interesses fundamentais do empresário e, no caso da clientela, um dos atributos da empresa. Daí o art. 4º da IN nº. 104/2007 propugnar também pela observância do princípio da novidade.

Questão também atrelada à tutela do nome empresarial reside no alcance da proteção conferida pelo registro a ser efetuado nas Juntas Comerciais (Lei nº. 8.934/94). Tal discussão decorre da existência de previsões distintas sobre o tema, mais especificamente, no art. 8º do Decreto nº. 75.572/75 (Convenção de Paris) e nos arts. 61 do Decreto nº. 1.800/96 e 11 da IN 104/2007 do DNRC.

³² ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., p. 87.

³³ Neste particular, afirma Alexandre Ferreira de Assumpção Alves que “no sistema brasileiro a firma é insuscetível de cessão ou transferência, o que demonstra ser objeto de um direito pessoal e não real, diferentemente do elemento de fantasia da denominação (núcleo central do nome) que pode ser registrável como marca, passando a integrar a propriedade imaterial da *azienda*”. ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., p. 85.

Enquanto o Decreto nº. 75.572/75 confere ao nome empresarial proteção em nível internacional, a legislação pátria circunscreve tal proteção ao âmbito da jurisdição de cada Junta Comercial, isto é, à esfera estadual. Neste caso, será necessário, para a extensão da tutela às demais unidades federativas, que o interessado obtenha certidão de registro na Junta Comercial de origem para proceder a novo registro em todas as demais Juntas Comerciais do país.

O STJ já se pronunciou sobre o tema, indicando que o âmbito de proteção do nome empresarial é nacional e internacional. Acolheu, pois, a previsão contida no art. 8º da Convenção de Paris, incorporada em nosso ordenamento pelo referido Decreto nº. 75.572/75³⁴. Deste modo, o Decreto nº. 1.800/96, mesmo posterior ao Decreto nº. 75.572/75, não sobrepôs-se à Convenção de Paris, eis que trata da proteção estadual ao nome empresarial e este não pode ser considerado prevalente sobre a referida convenção. O desiderato reside em evitar a concorrência desleal.

Insta mencionar que eventual usurpação do nome empresarial por terceiros poderá ensejar representação na Junta Comercial.

O título do estabelecimento³⁵, ao seu turno, é protegido de forma indireta pela lei de propriedade industrial (art. 2º da Lei nº. 9.279/96, também referida como LPI). O desrespeito à Lei poderá ensejar a nulidade do registro (arts. 165 a 168 da LPI) e, até mesmo, a instauração de ação penal, a qual se procederá apenas mediante queixa (crime de concorrência desleal, conforme previsão contida no art. 195, inc. V c/c art. 199, ambos da LPI).

A marca³⁶ - aqui vista como meio de manifestação do criador, isto é, como a manifestação de sua atividade produtiva – também é digna de tutela e objeto de propriedade, posto que bem móvel e de natureza incorpórea. Neste particular, merece destaque a marca coletiva, que consiste em inovação introduzida pela LPI (art. 123, inc. III). Consiste em hipótese de co-propriedade, que obriga “os associados a acordarem previamente sobre a forma de utilização e o modo de exercício dos direitos em comum sobre o bem incorpóreo³⁷”.

Outro direito da personalidade a ser reconhecido às pessoas jurídicas consiste no direito à imagem. Perceba-se que aqui se prefere falar em proteção à imagem e não à honra³⁸. Há, portanto, distinção no trato da questão no campo penal e no civil, pois - enquanto naquele faz-se a

³⁴ Destaque-se trecho da ementa do RESP 9.142-0-SP, do qual foi relator o Min. Sálvio de Figueiredo: “[...] Não há confundir-se marca e nome comercial. A primeira, cujo registro é feito junto ao INPI, destina-se a identificar produtos, mercadorias e serviços. O nome comercial, por seu turno, identifica a própria empresa, sendo bastante para legitimá-lo e protegê-lo, em âmbito nacional e internacional, o arquivamento dos atos constitutivos no Registro do Comércio [...]”. ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., p. 88.

³⁵ “Considera-se título do estabelecimento o nome empregado pelo empresário para identificar o local onde ele exerce profissionalmente sua atividade perante a clientela” ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., p. 91.

³⁶ “As marcas são sinais distintivos que identificam, direta ou indiretamente, produtos e serviços” COELHO, Fábio Ulhoa, op.cit., p. 141.

³⁷ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., p. 97.

³⁸ SOUSA, Rabindranath V. A. Capelo de, op.cit., p. 599.

diferenciação entre honra subjetiva e objetiva, reconhecendo-se proteção à pessoa jurídica apenas em relação à última, isto é, à honra objetiva – tem-se na seara civil a tutela de um conceito, uma imagem abstrata e não visual, da entidade diante do mundo dos negócios e do próprio consumidor. Aqui se deve reconhecer, contudo, que está também o dano à imagem ligado ao dano moral, posto que publicações ou palavras atentatórias à imagem irão repercutir sobre a reputação do lesado.

Nesse passo, deve o direito ao segredo também ser analisado, recaindo o amparo legal sobre a reserva que deve ser mantida na atividade negocial e industrial.

É alvissareiro mencionar que o sigilo comercial abrange os livros comerciais (refere-se ao seu conteúdo e encontra previsão no art. 17 do Código Comercial), as atividades bancárias (o sigilo bancário está previsto no art. 38 da Lei nº. 4.595/64) e o dever de sigilo dos administradores das sociedades por ações (art. 155, *caput* e §§ da Lei nº. 6.404/76).

No que se refere ao sigilo industrial, o bem jurídico objeto de proteção são as criações oriundas da pesquisa tecnológica, insuscetíveis de registro para proteção específica no âmbito das marcas. Aspecto interessante reside no fato de que o sigilo que envolve o *know how*³⁹ só será objeto de proteção pela LPI se o contrato de transferência de tecnologia for registrado no INPI, o que, via de regra, não se verifica, já que é mais interessante correr riscos do que abdicar dos lucros gerados em virtude da transferência do processo produtivo.

Por fim, tem-se o direito moral do inventor, que integra os direitos de ordem intelectual. Tais direitos de ordem intelectual são comumente divididos em direitos autorais (que englobam os direitos da propriedade artística, literária e científica) e direitos da propriedade industrial (que abrigam as patentes de invenção, modelo de utilidade e de desenho industrial).

Em regra, admite-se que a pessoa jurídica seja titular do direito autoral apenas em caso de cessão a título gratuito ou oneroso. Diferente situação se verifica no que tange aos direitos da propriedade industrial, mais especificamente, no que se refere à titularidade da patente, uma vez que o art. 6º, *caput* e § 2º da LPI, além de assegurá-la ao autor da invenção ou modelo de utilidade, a reconhece também em relação aquele a quem a lei, o contrato de trabalho ou o contrato de prestação

³⁹ Alexandre Ferreira de Assumpção Alves difere o *know how* do contrato de *know how*. Segundo o autor, *know how* “são conhecimentos ou processos tecnológicos secretos e originais, detidos por uma pessoa cujo resultado de sua aplicação promoverá a fabricação de um produto a ser utilizado em escala industrial. Estes segredos são personalíssimos e originariamente são do conhecimento exclusivo de seu titular”. Já “o contrato de *know how* surge com a revelação destes segredos a terceiro por parte de quem domina o processo tecnológico. Este negócio jurídico é bilateral, *intuitu personae* e oneroso, obrigando-se o cedente a divulgar para o cessionário todo o processo produtivo (embora seja comum a transferência parcial), prestar assistência técnica e garantir a novidade do produto. Em contrapartida, o cessionário fica obrigado a absorver os conhecimentos transferidos, não os revelando sem autorização, além de pagar uma remuneração fixada livremente entre as partes (royalty)”. ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, *op.cit.*, p. 107.

de serviços determinar⁴⁰. Em relação a esta segunda hipótese, insta salientar que, nos moldes do art. 88, § 1º da LPI, a retribuição pelo trabalho do pesquisador/inventor limita-se ao salário ajustado, salvo disposição contratual expressa em contrário. Caso haja tal previsão, poderá o pesquisador ter participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração da patente, mediante negociação com o interessado ou norma interna da empresa.

Cumpra salientar que

o privilégio concedido ao inventor é temporário (20 anos, após os quais a patente cai em domínio público), mas durante a vigência do período de exploração exclusiva pode haver a extinção do mesmo: por ato de renúncia do titular (que não pode prejudicar direitos de terceiros); por falta de pagamento da retribuição anual devida ao I.N.P.I. pela proteção dada ao inventor pelo Estado, ou pela caducidade (esta será decretada de ofício ou a requerimento de qualquer legítimo interessado se, decorridos 2 anos da concessão da primeira licença, não tiver sido iniciada a sua exploração pelo titular da invenção⁴¹.

Contudo, a extinção da patente não atinge o direito moral do inventor por força das características da imprescindibilidade e irrenunciabilidade.

IV – O direito geral de personalidade e a tutela das pessoas jurídicas

Recentemente, passou-se a discutir, sobretudo no cerne da doutrina alemã, a possibilidade de se reconhecer também em relação às pessoas jurídicas (ou coletivas) a existência de um direito geral de personalidade, isto é, a admissão de um direito que “se desdobra em múltiplos poderes e faculdades jurídicas, v.g., em consonância com o largo espectro de bens de personalidade humana que constitui o seu objeto jurídico⁴²”.

Aponta Rabindranath V. A. Capelo de Sousa, a existência de três concepções sobre o tema. Dessa forma, de um lado, tem-se os autores que se inclinam pela não admissão da idéia de um direito geral de personalidade das pessoas jurídicas, com o conseqüente reconhecimento às mesmas de “singulares posições de personalidade”. De outro lado, figuram os autores que reconhecem a existência de um direito geral de personalidade às pessoas jurídicas, delimitado pelas suas funções estatutário-legais e de bem menor extensão que o das pessoas físicas. Este posicionamento repousa na não equiparação das pessoas jurídicas às pessoas físicas para efeitos de direitos da personalidade e,

⁴⁰ Segundo Alexandre Ferreira de Assumpção Alves, a aquisição pela pessoa jurídica do direito sobre a invenção pode ser originária, quando ficar configurada a ocorrência de uma das hipóteses seguintes: “1ª) a existência de um contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva (art.88, *caput*, 1ª parte); 2ª) a existência de um contrato de prestação de serviços em que a natureza destes sejam atividades de pesquisa ou inventivas (art.88, *caput*, parte final) e; 3ª) quando na vigência de um contrato de trabalho houver a criação de bem patenteável, obtido através da contribuição pessoal do empregado e de recursos, dados, meios, materiais, instalações ou equipamentos do empregador, ressalvada expressa disposição em contrário (art.91, *caput*)”. ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., p. 111.

⁴¹ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., pp. 115-116.

⁴² SOUSA, Rabindranath V. A. Capelo de, op.cit., p. 601.

segundo Rabindranath V. A. Capelo de Sousa, consiste na corrente prevalente. Por fim, há ainda autores que pretendem que as pessoas jurídicas são dotadas de uma “verdadeira personalidade”, análoga à das pessoas naturais e equipada com individualidade, com valor próprio, com dignidade e particularidades e, por conseguinte, com um amplo direito geral de personalidade⁴³.

Cumpre salientar que o referido autor inclina-se pela adoção da concepção majoritária. Assevera que a capacidade jurídica das pessoas jurídicas não é de carácter geral – mas sim de natureza específica, em mera função dos particulares fins a que cada uma delas está adstrita – e, portanto, no que toca aos direitos da personalidade, ficam desde logo excluídos os bens ligados à personalidade física, afetiva, espiritual e anímica, isto é,

quaisquer direitos especiais de personalidade ou quaisquer bens integrantes do direito geral de personalidade, que sejam inseparáveis da personalidade humana, v. g., o direito à vida, o direito à integridade corporal, espiritual e anímica, o direito à liberdade de movimentos físicos, o direito à liberdade sexual, os direitos sobre o cadáver e sobre órgãos ou elementos dele destacáveis [...] ⁴⁴

Afirma ainda que em relação a outros bens, particularmente os atinentes à esfera social, “como certas manifestações de liberdade, a identidade, o bom nome, a reputação, a esfera de sigilo e a iniciativa⁴⁵”, poderão configurar-se interesses análogos aos das pessoas físicas e, portanto, dignos de tutela. Pertenceriam, deste modo, às pessoas jurídicas os direitos especiais de personalidade expressamente previstos em lei, bem como aqueles que se mostrem necessários ou convenientes à persecução de seus fins.

Trata também, neste ponto, o autor da problemática envolvendo as pessoas jurídicas de direito público. Sob seu prisma de análise,

só em muito menor medida do que quanto às pessoas colectivas privadas é admissível o reconhecimento às pessoas colectivas públicas de conteúdos devidamente adaptados do direito geral de personalidade das pessoas singulares, não inseparáveis destas e que se mostrem compatíveis com a natureza das pessoas colectivas públicas. É que, as pessoas colectivas privadas, são, de certo modo, uma projecção, um substituto ou uma continuação de vontades humanas individuais, enquanto nas pessoas colectivas públicas predominam fins e interesses públicos⁴⁶.

V – Pessoa Jurídica e Dano Moral

⁴³ SOUSA, Rabindranath V. A. Capelo de, op.cit., p. 600.

⁴⁴ SOUSA, Rabindranath V. A. Capelo de, op.cit., p. 595.

⁴⁵ SOUSA, Rabindranath V. A. Capelo de, op.cit., p. 601.

⁴⁶ SOUSA, Rabindranath V. A. Capelo de, op.cit., p. 603.

Tema que também tem sido alvo de discussões e que deriva da própria admissibilidade ou contrariedade à extensão dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas reside na possibilidade destas sofrerem dano moral.

Sobre o tema, afirma Gustavo Tepedino que, ao descartar-se a equiparação dos direitos tipicamente atinentes às pessoas naturais, percebe-se que não é propriamente a honra da pessoa jurídica que se pretende proteger e, além disso, a tutela da imagem desta, atributo comumente também mencionado, tem sentido diverso daquele atribuído à imagem da pessoa natural.

Dessa forma, inclina-se o aludido autor pela impossibilidade de ser conferido às pessoas jurídicas o direito à indenização por danos morais, uma vez que o dano moral está indissoluvelmente atrelado à aferição da dor e do sofrimento, inerentes ao homem (pessoa física). Enquanto eventual ataque à pessoa humana atinge a sua dignidade, ferindo-a psicológica e moralmente, no caso da pessoa jurídica, este repercute em sua capacidade de produzir riqueza, no âmbito da atividade econômica por ela legitimamente desenvolvida.

Ressalva, todavia, a necessidade de distinguir-se aquelas pessoas jurídicas que aspiram lucros e aquelas que se orientam por outras finalidades, uma vez que, neste último caso,

não se pode considerar [...] que os ataques sofridos pela pessoa jurídica acabam por se exprimir na redução de seus lucros, sendo espécie de dano genuinamente material. Cogitando-se, então, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos poder-se-ia admitir a configuração de *danos institucionais*, aqui conceituados como aqueles que, diferentemente dos danos patrimoniais ou morais, atingem a pessoa jurídica em sua credibilidade ou reputação, sendo extrapatrimoniais, posto informados pelos princípios norteadores da iniciativa econômica privada⁴⁷.

Este posicionamento - calcado na aferição de dor e sofrimento, fenômenos biológicos exclusivos do homem – hodiernamente consubstancia-se na tendência minoritária⁴⁸.

Danilo Doneda, embora também considere que a proteção dos interesses da pessoa jurídica através de direitos da personalidade seja algo que não se adapta à trajetória e função dos referidos direitos, se refere ao fato de o ordenamento brasileiro reconhecer hipóteses de proteção de direito da personalidade de pessoa jurídica, em especial em casos referentes à imagem e à honra. Neste sentido, menciona o voto do Ministro Ruy Rosado de Aguiar em que está presente uma fundamentação que separa a honra subjetiva da objetiva⁴⁹. Sucintamente, pode-se dizer que esta segunda corrente

⁴⁷TEPEDINO, Gustavo. “A Tutela da Personalidade no Ordenamento Civil-constitucional Brasileiro” in *Temas de Direito Civil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 57.

⁴⁸ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., p. 121.

⁴⁹ “Quando se trata de pessoa jurídica, o tema da ofensa à honra propõe uma distinção inicial: a honra subjetiva, inerente à pessoa física, que está no psiquismo de cada um e pode ser ofendida com atos que atinjam a sua dignidade, respeito próprio, auto-estima etc., causadores de dor, humilhação, vexame; a honra objetiva, externa ao sujeito, que consiste no respeito, admiração, apreço, consideração que os outros dispensam à pessoa. Por isso se diz ser a injúria um ataque à honra subjetiva, à dignidade da pessoa, enquanto que a difamação é ofensa à reputação que o ofendido goza no âmbito social onde vive. A pessoa jurídica, criação da ordem legal, não tem capacidade de sentir emoção e dor, estando por isso

propugna que a extensão da técnica dos direitos da personalidade para a tutela da pessoa jurídica permite reconhecer a proteção a esta devida, em especial no que pertine à imagem e à honra. Deve-se, entretanto, diferenciar a honra objetiva e subjetiva, restringindo as possibilidades da ofensa às pessoas jurídicas somente em relação à primeira.

Além disso, o autor, apesar de sua discordância, alude à súmula 227 do STJ que reflete o entendimento daquele tribunal no sentido de que “a pessoa jurídica pode sofrer dano moral”. Esta fórmula cumpre importante papel na defesa da concorrência e livre iniciativa, eis que a pessoa jurídica está sujeita a sofrer prejuízos dificilmente estimáveis em decorrência de eventuais ofensas à sua imagem ou honra. Contudo, neste ponto, salienta que “a referência deste prejuízo, porém, é um conjunto de fatores em tudo diferentes do que seriam para a pessoa humana, por refletirem em um complexo de relações patrimoniais voltadas ao lucro e à eficiência, e é dentro deste ambiente que deve ser avaliado⁵⁰”.

Por fim, a corrente capitaneada por Alexandre Ferreira de Assumpção Alves propugna que

é dever do Estado proteger o nome e a reputação da pessoa jurídica, fulcrando a tutela constitucional precisamente nos incisos V e X do art. 5º, com o escopo de preservar tais entes, coibindo a prática de atos irresponsáveis e gravosos que podem provocar danos morais, com ou sem reflexos de índole patrimonial⁵¹.

Este posicionamento encontra-se, pois, fulcrado nos incs. V e X do art. 5º da Carta Magna e é corroborado pela previsão contida no art. 6º, inc. VI do CDC, já que o referido dispositivo assegura a reparação de danos morais e patrimoniais, individuais, coletivos ou difusos. Lembre-se que o art. 2º do aludido diploma legal considera como consumidor “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”.

Além disso, esta concepção busca resguardar a credibilidade e a respeitabilidade da pessoa jurídica através da noção de que, “após a Constituição de 1988, a noção do dano moral não mais se restringe ao *pretium doloris*, abrangendo também qualquer ataque ao nome ou imagem da pessoa, física ou jurídica [...]”⁵², isto é, pode a pessoa jurídica propor ação de responsabilidade fundada tanto no dano material quanto no dano moral.

Reafirmando esta última concepção, segue a ementa ora colacionada:

DIREITO CIVIL. PESSOA JURÍDICA. TALONÁRIOS DE CHEQUES. EXTRAVIO. EMISSÃO INDEVIDA. DANOS MORAIS. REPARAÇÃO. SÚMULA 227/STJ.

desprovida de honra subjetiva e imune à injúria. Pode padecer, porém, de ataque à honra objetiva, pois goza de uma reputação junto a terceiros, possível de ficar abalada por atos que afetem o seu bom nome no mundo civil ou comercial onde atua”. STJ. RESP 60.033-2 (DJ 27.11.1995, p.40893).

⁵⁰ DONEDA, Danilo, op.cit., p. 55.

⁵¹ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., p. 123.

⁵² TJRJ, 2ª CC, apel. nº 5.943/94. rel. Des. Sérgio Cavalieri Filho, in ADCOAS – Dano Moral, Jurisprudência *apud* ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., p. 127.

- 1 - **A responsabilidade pelo extravio de talonários de cheques é do banco que deve indenizar a pessoa jurídica titular da conta (súmula 227/STJ), sendo desnecessário provar reflexo patrimonial em concreto.** Precedentes da Terceira e da Quarta Turma.
- 2 - Recurso especial conhecido e, com aplicação do direito à espécie, parcialmente provido, para restabelecer a condenação por danos morais, porém, em valor limitado a R\$ 20.000,00.
- 3 - Preliminar do art. 535 do CPC prejudicada⁵³.

VI – Conclusão

Os dispositivos do Código Civil de 2002, que versam sobre os direitos da personalidade, acabaram por consagrar algumas posições já presentes de forma esparsa na legislação ou na doutrina e jurisprudência.

Assim sendo, nas palavras de Gustavo Tepedino, nesse aspecto o legislador foi “engenheiro de obras feitas”, pois tais direitos “estão tutelados em nossa cultura jurídica pelo menos desde o pacto político de outubro de 1988⁵⁴”.

Na verdade, o legislador não foi além de compilar o trabalho feito por Orlando Gomes em seu Anteprojeto de Código Civil datado de 1963, que, apesar de louvável, representa um estágio anterior da tutela da personalidade humana pelo direito civil.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à necessidade de se romper com a ótica tipificadora e buscar-se subsídios na Constituição Federal para interpretar tais preceitos. Essa abordagem civil-constitucional é crucial para que se tenha uma efetiva tutela da pessoa humana em seus mais variados aspectos.

Além disso, em relação ao tema central do presente estudo, pode-se afirmar que se deve admitir as pessoas jurídicas como titulares de valores e motivações pessoais e, portanto, é imperioso reconhecer em relação a elas os direitos da personalidade que se amoldem aos particulares fins a que cada uma delas está adstrita⁵⁵.

É acurado ressaltar-se a situação das sociedades que não registram seus atos constitutivos, posto que estas são despidas de personalidade jurídica e, “por conseguinte, não podem receber a tutela da lei no que tange aos direitos da personalidade. Entretanto, sua irregularidade não as exime das obrigações fiscais, nem lhes priva de capacidade processual, tanto ativa quanto passiva⁵⁶”.

⁵³ STJ, RESP 53.7713 / PB, Relator (a) Ministro FERNANDO GONÇALVES, Órgão julgador: T4 - QUARTA TURMA, DJ 05.09.2005, p. 414. (Grifei)

⁵⁴ TEPEDINO, Gustavo, editorial da *Revista Trimestral de Direito Civil* nº 7. Rio de Janeiro: Editora Padma, jul.-set. 2001, pp. III-5.

⁵⁵ Neste particular, modifica-se posicionamento anteriormente esposado no artigo “Direitos da Personalidade e Código Civil de 2002: uma abordagem contemporânea” in *Revista dos Tribunais*, v.853, São Paulo: Revista dos Tribunais, novembro, 2006, pp. 69-70.

⁵⁶ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção, op.cit., p. 131.

Faz-se necessário ainda abordar a questão concernente à existência de um direito geral da personalidade também em relação às pessoas jurídicas. Mesmo se admitindo tal tese, deve-se reconhecer, como já se salientou, que a capacidade jurídica das pessoas jurídicas não é de caráter geral, mas sim de natureza específica, e, portanto, ficam desde logo excluídos os bens inerentes exclusivamente à pessoa física.

Por fim, no que concerne ao reconhecimento do dano moral às pessoas jurídicas, em que pese o entendimento de parte da doutrina pela inadmissibilidade, deve-se atender ao que prevê os arts. 5º, incs. V e X da Carta Magna e 6º, inc. VI do CDC, bem como a súmula 227 do STJ. Assim sendo, a inarredável conclusão a que se chega é a de que pode a pessoa jurídica propor ação de responsabilidade fundada tanto no dano material quanto no dano moral.

VII – Referências

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. *A Pessoa Jurídica e os Direitos da Personalidade*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

ALVES, José Carlos Moreira. *A parte geral do projeto do Código Civil*. Disponível em: <http://www.cjf.gov.br/revista/numero9/artigo1.htm>. Acesso em: 12 de agosto de 2007.

BARRETO, Wanderlei de Paula. *Comentários ao Código Civil brasileiro*. vol. I. coord. Arruda Alvim e Thereza Alvim. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

CIFUENTES, Santos. *Derechos personalísimos*. 2 ed. Buenos Aires: Ed. Astrea, 1995.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. vol I. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DE CUPIS, Adriano (trad. Afonso Celso Furtado Rezende). *Os Direitos da Personalidade*. Campinas: Romana Jurídica, 2004.

DIAS, Jaqueline Sarmiento. *O Direito à imagem*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

DONEDA, Danilo, “Os direitos da personalidade no Código Civil” in TEPEDINO, Gustavo. *A Parte Geral do Novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *A Nova Filiação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

PEREIRA, Caio Mario da Silva (atual. Maria Celina Bodin de Moraes). *Instituições de Direito Civil*. vol. I. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis de Direito Civil: introdução ao Direito Civil – Constitucional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SOUSA, Rabindranath V. A. Capelo de. *O Direito Geral de Personalidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

TEPEDINO, Gustavo. *A Parte Geral do Novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

-----*Temas de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

-----*Temas de Direito Civil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

----- Editorial da *Revista Trimestral de Direito Civil*. nº 7. Rio de Janeiro: Editora Padma, jul.-set. 2001.